

OS GRUPOS POLÍTICOS DO ESTADO DE RORAIMA E A PRÁTICA CLIENTELISTA

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa monográfica realizada entre os anos de 2007 e 2008, objetivando perceber como se dão as relações de poder dos principais grupos políticos ou grupos de pressão do atual Estado de Roraima a partir da criação do ex-Território Federal do Rio Branco em 1943 com o decreto 5. 812. Neste sentido nessa pesquisa procuramos a partir das fontes encontradas, destacando aqui os jornais da época e outros documentos e bibliografias, e fundamentado na ciência política compreender como se operam e se são as práticas clientelísticas responsáveis pela alternância de poder dentro das esferas do poder público do Estado, nossa principal linha de preocupação para a realização deste trabalho.

A criação do Território Federal do Rio Branco se apresenta para nós como ponto de partida para buscar entender a formação dos grupos políticos e a criação do Estado como período em que se dá a sua reorganização, em torno da máquina estatal e as possibilidades geradas para a prática clientelística, possibilitando a esses grupos a continuidade no poder. Sendo essa uma condição prioritária para a sua ampliação e sobrevivência enquanto grupo político,

Os mecanismos utilizados para os ganhos políticos são apresentados aqui a partir de análises que nos remota a velha política do mandonismo e coronelismo da República Velha, trabalhado com grande propriedade por Victor Nunes Leal (1997) Raymundo Faoro (1998) E, sobretudo, nos ajuda a compreender outro fenômeno escopo de nossa investigação o clientelismo. Estou Usando como referencia a análi-

* Especialista em história regional pela Universidade Federal de Roraima – UFRR, mestrando no curso de pós-graduação em sociedade e fronteira PPGSOF/CCH/UFRR. e-mail: manolloborr@yahoo.com.br. Cel. 91192398.

se do cientista político Luiz Henrique Bahia (2003) que faz uma importante pesquisa de como esse fenômeno é permeado nas estruturas políticas do Estado.

Em outro momento analisaremos a formação dos grupos políticos com os governadores militares e suas influências nessa região. A criação do Estado de Roraima com a Constituição Federal de 1988 possibilita a ampliação e a criação de novos grupos, já que a prática da clientela se dá efetivamente em torno do Estado, ou seja, aos que agora pelo sufrágio universal conseguem o poder político, através do executivo e do legislativo.

O Clientelismo como mecanismo de poder dos grupos políticos do Estado de Roraima

“Na área do clientelismo, os políticos de Roraima, na expectativa de ganhos pessoais, procurando conquistar e manter o poder aliciam votos prestando assistência a todo tipo de clientela” (SANTOS, 1998, p. 14). Para entender como se desenvolve os diversos elementos da prática clientelística com o mecanismo que possibilita o poder político e consecutivamente o econômico do Estado de Roraima, episódio consolidado através do aliciamento de votos como troca de favores como vimos na citação de Santos, precisamos fazer uma reflexão, já que essa análise nos permite instigar ou investigar como esses políticos do Estado de Roraima reforçam essa prática na busca de ganhos políticos, sobretudo, compreender de onde surge esse fenômeno.

Neste sentido a leitura do clientelismo à luz da obra Luiz Henrique Bahia, nos possibilita perceber a sua complexidade como relata o próprio autor citando Eisens-tandt e Roniger:

O clientelismo é um complexo, de fato de uma relação paradoxal, que combina traços contraditórios como desigualdade e solidariedade, voluntarismo e coerção, recursos simbólicos e instrumentais, e que permuta desses recursos é usualmente levada a cabo através de arremate em uma só transação de vários itens (nenhum deles pode ser permutado separadamente, mas só em um conjunto que inclui ambos os tipos de recursos).” (EISENSTADT & RONIGER apud BAHIA, 1984, p.14).

Portanto na política do Estado de Roraima podemos considerar que a prática clientelística está baseada na relação de troca de favores, com o objetivo de ganhos pessoais, e essa relação se dá de forma assimétrica. Pois ela propicia a um grupo detentor do poder político e econômico a parte maior ou o melhor pedaço do “bolo”, que são as benesses oferecidas pela máquina estatal.

Raízes Históricas do Clientelismo.

Na Antiga Grécia, o historiador Tucídides registra relações de amizade e de permuta de favores como típicas de uma sociedade ainda influenciada pelos padrões anteriores à apropriação dos bens e serviços, na tradição da família consanguínea (BAHIA, 2003, p. 106).

A formação do Estado brasileiro desde que se tornou independente de Portugal em 1822 concebeu-se a partir de interesses de grupos, especificamente neste primeiro momento dando poderes aos senhores de terra, ou seja, não houve em nenhum momento uma proposta ou projeto coletivo de nação. Mas se sobrepôs interesses de particulares de uma camada da sociedade, que resultou em um modelo “coronelista”. Uma prática da política brasileira que possibilitou poder aos estados e aos particulares com maior ênfase durante a República Velha. “O coronel era o comandante máximo da guarda nacional. Essa guarda foi criada em 1831, e substituiu as ordenanças da época colonial” (CARVALHO, 2004, p.27).

Na política brasileira o clientelismo está intensificado de maneira mais explícita no período republicano, onde se estabelece relações de compadrio, em uma sociedade oligárquica e patriarcal, em que os mandatários do poder, os latifundiários, eram os coronéis e mantinham através da força o controle local. Neste contexto o poder político, ou os destinos da população daquele município dependia totalmente do prestígio desse coronel, provendo para aqueles que estavam do seu “lado” os benefícios da política do Estado, já para aqueles que não aceitassem seu mando, o rigor da força de seu braço.

Como aborda Victor Nunes Leal “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40).

Portanto, em uma estrutura onde prevalecia o poder regional, se construiu um mecanismo de arregimentação de votos através da troca de favores. O “coronel” exercia influência sobre aquela população, na sua grande maioria miserável, analfabeta e desprovida totalmente de perspectivas de ascensão econômica política e social, o que significa de fato um controle sobre o que deveria acontecer ou não, quem deveria ganhar na política e quem deveria perder. Dessa forma percebemos que na figura do coronel se estabelece o verdadeiro fenômeno do mandonismo, já que as relações políticas, econômicas e sociais e até religiosa passam pelo seu inteiro crivo. Na região do Rio Branco no final do século XIX e nas primeiras cinco décadas do século XX, a economia estava baseada na criação de gado, desenvolvendo uma sociedade de

grandes fazendas, e todos os moradores desta região queriam ser fazendeiros que era o que estabelecia *status quo*¹. Com isso a montagem da sociedade riobranquense se configurou propícia à formação do clientelismo, sobretudo com a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo, essa prática intrinsecamente ligada à instituição do aparelho governante burocrático (BAHIA, 2003, p.122).

O Estado passa a ser o sujeito principal do processo, tomando para si as demandas de patronus com objetivos pessoais e, ao mesmo tempo, dos clientes por ele representados. O Estado, em si, torna seu próprio recurso (empregos públicos, estabilidade, etc.). (BAHIA, 2003, p. 138).

A luta das forças políticas pelo poder dentro de um Estado se torna fundamental para a sua existência como grupo, de outra maneira a sua estadia fora do círculo do poder estatal, não lhe confere ampliar suas bases políticas já que se reduzem seu poder de cooptação, não tendo, portanto, mecanismos de troca, ou seja, a sua relação clientelística se torna obsoleta, quando não se tem recursos como: empregos, licitações de serviços.

Neste sentido, é preciso destacar o trabalho importante do pesquisador Victor Nunes Leal (1997), por se tratar de um clássico sobre aquilo que podemos considerar como matriz do fenômeno clientelístico no Brasil. Na obra intitulada “Coronelismo Enxada e Voto”, Leal aborda de forma notável a sociedade baseada no mandonismo regional do coronelismo na sociedade oligárquica da República Velha. Este estudo nos permite perceber a formação das estruturas políticas fundada em um processo extremamente desigual, mesmo quando prevalece a “democracia”.

Outro trabalho importante que nos ajuda a analisar a estrutura política do fenômeno clientelístico instalado aqui, intensificado a partir da criação do Território Federal do Rio Branco é a abordagem de Faoro em “Os donos do poder”, no qual traz a seguinte definição,

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças²

Esse fenômeno nos ajuda a compreender como se opera as práticas clientelísticas no Estado de Roraima já que o mando se dar a partir da figura do executivo, que

1 OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima. Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

2 FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro (p.632)

escolhe os seus representantes e candidatos na eleição cooptando através de verdadeiros “tentáculos eleitoreiros”, com os cargos em secretarias e câmaras municipais locais configurando-se em um verdadeiro “curral eleitoral”.

O Decreto 5.812, criação do Território Federal do Rio Branco e a organização dos grupos políticos

Compreender em que conjuntura se dá a formação dos grupos políticos ou grupos de pressão do Estado de Roraima passa, sobretudo, pela análise da criação do Território Federal do Rio Branco a partir do Decreto Lei, 5.812 de 13 de setembro de 1943, que instituiu o então Território, desanexando-o do Estado do Amazonas³.

Neste contexto é preciso ter claro que essa ação fez parte da geopolítica do governo brasileiro, na época governada por Getúlio Vargas. Percebe-se que há um interesse latente com essa região, no sentido de fomentar uma maior ação do Estado nacional através de uma intervenção, que se configura na ocupação desses espaços de fronteiras. Com a transformação do Vale do Rio Branco em Território, vamos ter uma nova dinâmica política nessa região, caracterizada pela nomeação de governadores, que estava fundamentada nos princípios da constituição de 1937, e propagava fundamentos de interesses voltados para a ocupação e a defesa do Território nacional.⁴

A criação do Território, como elemento de manipulação que conferia ao Governo Federal as terras dos Estados, foi um mecanismo fundamental de estratégia da união, criando por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade⁵, pois o governador nomeado era delegado do Presidente da República, neste caso, os temas pertinentes ao Rio Branco se desvincularam do palácio do Rio Negro, em Manaus e se transferiram para o palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para Freitas⁶ (1997), com a criação do Território Federal essa região

3 Decreto 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

4 OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*, Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

5 BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Editora. Ática, 1998.

6 Aimerê Freitas, aqui citado é um dos membros da política local que fez parte da administração do ex-território no governo do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e em outras administrações, portanto é alguém que faz parte do eixo político e administrativo local, e não sendo um historiador de ofício e escreve a partir do pensamento das elites locais.

vai sair da letargia que se encontrava na época em que era município do Estado do Amazonas⁷.

Todavia, é importante considerar a forma de nomeação desses governadores, escolhidos pelo detentor do poder supremo federal o presidente da república, obedecendo na sua grande maioria a indicações políticas. Desta forma possibilitava a influência de políticos estranhos, forasteiros, que acabavam indicando seus apadrinhados, já que esses governadores eram alheios à realidade do recém criado Território Federal do Rio Branco, e essa era uma visão dos ditos “pioneiros”, que se intitulavam então os donos dessas terras e já merecedores do título de “nativos”, sendo também, aos olhos dos indígenas “forasteiros”. Outro fator novo neste contexto era relacionado ao curto período de tempo em que permaneciam no Território, essa característica prevaleceu a grande maioria dos governadores nomeados, sobretudo no período compreendido entre 1943 e 1964⁸, o pós-64 se configurou como uma época distinta, pela conjuntura de mudanças que ocorrera neste período no Brasil⁹.

O momento em questão nos permite compreender a lógica que se produziu a partir da criação dos novos Territórios Federais incluindo aí especificamente o Território do Rio Branco, que, segundo Freitas (1997, p.120) “baseava sob o objetivo de ocupação dos espaços vazios, a segurança nacional e por tabela a aproximação com os países vizinhos do continente sul-americano”.

O discurso da integração nacional, que assume forma elaborada no início dos anos 70, ajuda a desvendar o papel da territorialidade na construção do autoritarismo brasileiro. A incorporação de “espaços vazios” ao domínio da nação foi parte essencial do projeto geopolítico de modernização e de ascensão a potencia regional, revela um novo significado do território na mediação entre Estado e sociedade. Ele “é um recurso simbólico de formação do individuo coletivo, em detrimento de uma comunidade nacional de cidadãos”.¹⁰

O primeiro governador escolhido para instalar o governo territorial foi o carioca capitão Ene Garcez, um homem acostumado a trabalhar em regiões de fronteiras, ele havia conhecido o presidente Getúlio Vargas em Rondônia na época da visita do presidente a Amazônia. Segundo relata o próprio Ene Garcez, citado por Freitas, “sempre que eu conversava com o presidente, ele tocava no assunto. Precisava nomear alguém para o Rio Branco. Até que, em abril de 1944, eu me ofereci para ir ser governador, do Rio Branco. Ele não me convidou eu é que de tanto ouvir o Pre-

7 FREITAS, Aimerê. *História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985*. São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

8 Idem.

9 Idem.

10 BECKER, Bertha K. *Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo*/Bertha K. Becker, Cláudio A. G. Egler. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

sidente falar no assunto comigo, resolvi apresentar-me para ser governador e fui nomeado no dia 19 de abril, dia do aniversário do presidente” (FREITAS, 1993, p.34).

O Território Federal de Roraima e o Governo Militar

Em 1964, os militares assumem o governo brasileiro através de um golpe após a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Essa troca de comando trouxe mudanças significativas para o então Território Federal de Roraima, que recebeu essa nova nomenclatura em 1962, devido a um problema de correspondências que ocorria pela duplicidade de nomes do Território Federal do Rio Branco, com a capital do Acre.

A presença dos militares no processo político brasileiro não teve início em 1964, durante momentos cruciais da história política do nosso país tivemos a intervenção direta dos militares em várias fases. Portanto mesmo que se busque delimitar a entrada dos militares no processo político apenas a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em vários momentos de crise institucional, As Forças Armadas apresentam-se como elementos políticos atuantes. Foi assim, em 1889, com a proclamação da República, na década de 1930 com a instalação do Estado Novo, em 1945 quando se buscou romper com a ditadura Vargas e em 1955, para garantir a posse de Kubitchek¹¹.

Todavia é com o golpe de 1964 que vai se instalar o regime militar que perdurou até os anos de 1980, e trouxe uma política ditatorial extremamente dura com o fim da democracia e a cassação dos direitos políticos e civis e a instalação da Doutrina de Segurança Nacional, trazendo para a Amazônia e para o Território Federal de Roraima, regiões estratégicas do ponto de vista geopolítico, projetos desenvolvimentistas, cujos governadores nomeados, eram os representantes dessa política¹².

A principal mudança a ser percebida desse período foi a duração ou permanência desses governadores no território, que ao contrario de seus antecessores, governaram por um período maior. O período que compreendeu o ano de 1964, ano em que se deu a tomada de poder pelos militares, até 1985, ano em que se consolidou o processo de redemocratização se configurou para o Território Federal de Roraima um tempo de mudanças significativas. E essas mudanças não se deram só pela maior durabilidade e estabilidade dos novos governadores, mas pela nova dinâmica e pelo

11 BORGES, Nilson. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

12 Idem.

acirramento das políticas de ocupação e integração da região amazônica, com os projetos desenvolvimentistas¹³.

No final da década de 1960, o clima político no Caribe era conflituoso¹⁴, e Roraima por estar numa área estratégica do ponto de vista militar, vai operar na decisão da transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, e apressar a abertura da rodovia BR 174, que possibilitaria o deslocamento de vários contingentes militares para a fronteira com a Guiana e a Venezuela. É nesta perspectiva é que começaram a construir no Território Federal de Roraima uma infra-estrutura física, com a solidificação de edifícios públicos e militares e casas para abrigar os militares, mudando o perfil da capital e do Território¹⁵.

Deste período destaca-se governador o Tenente-Coronel Hélio da Costa Campo militar da Aeronáutica, foi o governador que permaneceu no comando do Território por mais tempo, de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974. Portanto em dois períodos, sendo o seu segundo mandato o mais significativo do ponto de vista de êxito de sua governabilidade, pois lhe propiciou um maior conhecimento da realidade local e dos anseios e lutas dos grupos políticos locais. Neste sentido procurou fazer seu governo com apoio desses grupos. Como representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) precursor do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido da Frente Liberal (PFL), procurou logo neutralizar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), hoje Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo na pessoa do Dr. Silvio Lofego Botelho, da ARENA, o candidato único a deputado no pleito de 1970.

Com o fim do governo de Hélio Campos, veio para o Território Federal de Roraima o Coronel Aviador amazonense Ramos Pereira, que ficou conhecido no Território pela sua intransigência e sua postura firme, o que lhe rendeu uma grande resistência das lideranças locais. Uma característica importante de seu governo foi que Ramos Pereira se apresentava como um entusiasta do II PND¹⁶, e para isso procurou construir as bases para a implementação da política desenvolvimentista do governo militar. Foi no seu governo que fora construída a BR 174, possibilitando

13 SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

14 A situação política da Guiana ex-Inglesa, com revoltas desde a independência em 1966, que se transformaram em guerra civil iniciada em 1969. Um dos lados em luta, o dos descendentes de indianos, o grupo étnico mais numerosos, liderados por Chedi Jagan, abertamente advogava teses marxistas e era apoiado por Cuba.

15 Idem.

16 Plano Nacional de Desenvolvimento.

uma maior ligação do Território com o resto do Brasil, e, sobretudo serviu para a implantação dos projetos de colonização.

O sucessor de Ramos Pereira no governo do Território foi o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, pernambucano de família humilde, encontrando na aeronáutica o caminho para chegar ao posto máximo dessa carreira. Um homem estrategista. Ottomar instalou uma política diferente de todos os seus antecessores, ficou conhecido como o “governador da paz”, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado as lideranças locais. De forma estratégica formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixada por Pereira. De um lado os partidários de Hélio Campos eleito Pela ARENA, com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado os correligionários de Julio Martins, também eleito pela a ARENA, e os amigos de Ramos Pereira.

Portanto se tratava de duas correntes antagônicas e Ottomar procurou pacificar a situação, buscando tê-los no seu governo. Para a secretaria de planejamento escolheu Getúlio Cruz, que representava a ala “nativa” de seu governo, ainda compunha o primeiro escalão do governo: Mozarildo Cavalcanti, Luiz Aimberê, Haroldo Amoras, Alcides Lima e Terezinha Calegari. Com isso o início do governo Ottomar foi traduzido em diversos projetos, sobretudo no setor da agricultura.

De 1985 a 1998: O processo de redemocratização, a luta pela criação do Estado, a reorganização dos grupos políticos

A década de 1980 se configurou como um momento importante para a redemocratização da política brasileira. As lutas sociais se espalharam pelo Brasil, o movimento pelas diretas já ganhou força, e o poder dos militares já se deteriorava, e era praticamente insustentável a permanência de um regime fechado e ditatorial. Era a chegada da redemocratização que veio sem violência, embora tivessem ocorrido algumas tensões por conta da vitória no colégio eleitoral de um candidato a presidente da oposição, o deputado Tancredo Neves, tendo como vice um ex-representante e ex-presidente nacional do PDS, José Sarney. No entanto Tancredo Neves nem chegou a assumir, adoecendo logo após sua vitória e falecendo em seguida, com a sua morte assume a presidência o vice José Sarney (COUTO, 2003, p. 238).

Neste período os governadores dos territórios passaram a ser indicados politicamente, sendo escolhidos por voto direto os prefeitos das capitais. Entretanto a escolha em Roraima foi retardada por causa do agravamento da doença do presidente Tancredo Neves, fato que produziu inquietação nas lideranças locais. Em uma

sessão de cinco de março daquele ano na Câmara Federal o deputado federal pelo PFL, acusa a interferência do governador do Amazonas Gilberto Mestrinho no processo de escolha. Na sessão do dia dezenove do mesmo mês o deputado Mozarildo Cavalcanti¹⁷ declara esperar que o processo de nomeação de governador de Roraima “(...) obedecem pelo menos a critérios que levem em conta as lideranças políticas locais, que levem em conta os valores daquele povo, que sofra com nosso povo”. Em sessão do dia 28 de maio do mesmo ano, o deputado Alcides Lima declarava na mesma tribuna: “O clima de expectativa que antes existia no território, com o advento da Nova República, começa a se transformar em angústia e desencanto, com tendência para o caótico”.

Nesses apelos dos deputados federais reforçados pelos outros deputados territoriais se estendiam para a cobrança da criação do Estado de Roraima. E essa busca por autonomia se produziu pelo interesse de montar aqui empresas de exploração mineral, propiciada pela abertura da BR 174 junto ao levantamento feito pelo projeto RADAM.

No ano de 1985, depois de muita espera assume o governo do Território de Roraima Getúlio Alberto de Souza Cruz, representante das forças locais. Um jornal local anunciara assim a escolha de Getúlio Cruz: “Getúlio, uma esperança para Roraima”: Uma vitória incontestável”. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação. Este, o resultado e as causas da escolha de Getúlio Alberto de Souza Cruz para governar o Território Federal. Com o fim da era dos governadores militares, espera-se uma nova vida para Roraima. A escolha de Getúlio é o acordo entre o PFL e o PMDB. (Jornal Folha de Boa Vista, 28 de junho de 1985).

Em entrevista com o ex-governador Getúlio Cruz, ele explica como se deu a sua indicação para o governo do ex-território¹⁸,

Quanto da escolha do governador em 85, o meu nome surgiu por conta do trabalho que eu havia feito como secretário do planejamento, presidente do Banco de Roraima, aí uma parcela das lideranças significativa chamadas locais me procuraram, Mozarildo, Alcides Lima que na época era deputado me propuseram indicar meu nome pra ser nomeado a partir de um compromisso um candidato que assumisse essa liderança e aí surgiu duas outras opções uma do PMDB local que apoiava o advogado Silvio Leite e a outra uma (...) pequenas ramificações locais aqui, mas sobretudo de pessoas de fora baseada num papel que desempenhava apoiava o Luciano de Castro, que havia sido secretário aqui do Arídio e foi pra Brasília e lá montou um lobby na suíte presidencial e essas coisas, e aí o Silvio Leite um certo dia me procura por que essa nomeação o decreto está pronto o doutor Ulysses

17 Discurso na sessão da Câmara dos Deputados: 05 de março de 1985.

18 Entrevista com o ex-governador do ex-território de Roraima, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, em 26 de julho de 2008.

Guimarães me ligou por que o Ulysses Guimarães era quem trabalhava lá essa nomeação, e eu pensei e eu vim aqui pra de dizer o seguinte te convidar pra gente ir lá pra Brasília e ao deputado Ulysses Guimarães e a liderança do então PFL, que eu desisto da minha pretensão e que o PMDB daqui te apóia, porque nós não podemos aceitar que alguém lá de Santa Catarina que não tem nada a ver com a nossa historia ta bom aí fomos pra Brasília conversar com o Ulysses Guimarães e foi assim que o meu nome apareceu em consenso da maioria das lideranças locais e assim se formou um forte consenso de políticos muito ligado a situação no caso o PFL e ligado ao PMDB, sobretudo o Silvio Leite.

Todavia o governo de Getúlio Cruz não durou muito tempo, mesmo com o relativo peso que detinha, já que fora indicado pelos partidos que compunham a base aliada do governo, o que o possibilitou dar continuidade a muitas obras do governo anterior, como: a construção de casas, aberturas de estradas, assentamentos rurais e o projeto de uma hidrelétrica que chegou a ser iniciada. A escolha de Getúlio Cruz para governar o Território Federal de Roraima se deu através da aliança PFL/PMDB, denominada “Aliança Democrática”, essa mesma aliança foi vitoriosa no ano de 1985 nas eleições municipais. Além de garantir a vitória na capital Boa Vista, ganhou em mais seis municípios, totalizando sete dos oito existentes na época¹⁹.

Com a exoneração de Getúlio cria-se uma expectativa pelo nome do novo governador, e as lideranças políticas locais com o apoio dos empresários, estes esperam que seja escolhido entre eles, sendo cogitado a volta de Getúlio e o nome de deputados como Chagas Duarte.

No entanto, o presidente nomeou o General Roberto Klein mais um “forasteiro” para desespero dos líderes locais que não aceitam de forma pacífica conforme matéria no “Tribuna de Roraima”²⁰, destacada em manchete “Empresários repudiam a intervenção alienígena”, pelo fato de não ter havido “[...] consultas as bases políticas e produtivas locais”. A elite local teve que engolir outra figura alheia a seus interesses Klein governou buscando não bater de frente com as forças políticas locais, e dando continuidade as obras deixadas por seu antecessor.

A conjuntura social e política do Território são tomadas pela presença de milhares de garimpeiros, ávidos pelo ouro que brotava fácil das terras de Roraima em regiões da área indígena yanomami, fazendo com que as forças políticas locais se aliem, a esse novo grupo de potenciais eleitores. O novo governador indicado Romero Jucá, compreendeu bem essa dinâmica, procurou defender em suas ações governamentais

19 ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

20 SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

a exploração do ouro e a permanência das atividades garimpeiras na terra indígena. Na ocasião o governador Romero Jucá apresentou o “Projeto Meridiano 62” que naquele momento foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia²¹.

Foi também através dessa conjuntura de redemocratização, a criação da UDR local, composta pelos fazendeiros se apresentava como um importante mecanismo de luta da elite para garantir o poder político e econômico a partir da posse das terras do Estado, já que a idéia de poder nessa ocasião está ligada à posse da terra, e remota ao período de 1822, quando as elites brasileiras compostas por fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela tomaram o poder²².

A UDR fomentou na política local um elemento conciliador dos grupos políticos, sejam os nativistas, sejam os forasteiros, a luta contra as demarcações de terras indígenas. Portanto o tema que aproxima os grupos antagônicos é a briga ferrenha para impedir a retomada das terras indígenas, que foram consolidadas com a constituição de 1988. Esses conflitos pelas demarcações das terras indígenas colocam bem clara a posição unânime dos grupos de interesses, que os utilizam como “bode expiatório” para a falta de políticas públicas²³.

Os Partidos Políticos e a prática clientelista

“Aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como lugar onde se opera a mediação política” (Bernstein, 2003: 60). De fato o enunciado de Bernstein nos permite analisar as forças políticas contemporâneas, organizadas a partir de um partido político, que representa os interesses de diversos grupos dentro de uma sociedade. Todavia temos que diferenciar os partidos de associações, clientelas, clubes, sindicatos e outros. Segundo os cientistas políticos americanos utiliza-se de quatro critérios para fazer essa diferenciação, são eles: a duração no tempo; a extensão no espaço; a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar o apoio da população²⁴. Portanto o partido se torna um organismo capaz de aglutinar forças para sua atuação e existência, “de fato, uma vez nascido, o partido político se torna um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo

21 RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

22 VIOTTI, Emília da Costa. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo ed. UNESP, 1999.

23 VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra*. Boa Vista, ed. UFRR: 2007.

24 BERSTEIN, Serge. OS PARTIDOS, in RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003.

os meios de durar. Se ele é mais que um fogo de palha (o poujadismo, por exemplo), torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações” (BERSTEIN, p. 69, 2003).

A conquista do sistema pluripartidário no Brasil, do ponto de vista da sua significação como elemento eficiente de ações democráticas é bem recente. Pois vivemos um longo período de ditadura, onde prevaleceu um sistema bipartidário, e que atuava apenas como legitimador das ações ditatoriais. Já no século XIX, “com a chamada primeira república, a política nacional passou a ser dominada por dois partidos maiores: o PRP de São Paulo e o PRM de Minas Gerais” (FLEISCHER, 2004). Com a redemocratização na década de 1980 vamos ter a retomada do pluripartidarismo, muitos desses partidos nascido antes e no período da ditadura militar, só mudaram de sigla, mas a essência continua a mesma.

Para Fleischer esses partidos podem ser divididos da seguinte maneira: os partidos “grandes”²⁵, representados pelos partidos que ao longo da história política brasileira tiveram influência, seja através de mandatos no legislativo e no executivo, seja em coligações que lhes propiciaram cargos e participação direta no governo. Mais que isso, os partidos que conseguiram um número de votos significativo em todo país elegendo o maior número de representantes para o Congresso Nacional. De 1945 a 1965 o Brasil chegou a ter treze partidos representados no Congresso Nacional, três grandes: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro (PSD, UDN e PTB respectivamente), dois médios: (PSP e PDC). Os partidos médios, no período citado anteriormente representado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), nascido da Liga Eleitoral Católica, era liderado por intelectuais católicos leigos nos anos 30. E o Partido Social Progressista (PSP), que segundo Fleischer, foi um veículo político pessoal de Ademar de Barros, naquele período fora interventor do Estado de São Paulo por duas vezes²⁶.

Os partidos pequenos tiveram representação pequena ou quase nenhuma no Congresso Nacional. E os partidos ideológicos, o mais significativo foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo também o mais “histórico”, fundado em 1922, vivendo a maior parte de sua existência na ilegalidade. E nos moldes do integralismo tivemos o Partido de Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado. O

25 FLEISCHER, David. OS PARTIDOS POLÍTICOS, in AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antonio Octávio. Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução São Paulo, ed. UNESP, 2004.

26 Idem.

Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado da fusão da Vanguarda Socialista com a Esquerda Democrática em 1950.

Com a retomada da democracia o PMDB, antigo MDB surge como um grande partido no cenário político brasileiro. Essa força foi importante para as eleições presidenciais republicana, que seria definida pelo colégio eleitoral. Nessa conjuntura o PMDB se aliou a Frente Liberal, tendo como candidatos Tancredo Neves para presidente e José Sarney como vice. Portanto temos as principais forças políticas representadas no Congresso Nacional por esses partidos. É importante ressaltar nesse cenário o surgimento de três importantes partidos o Partido Democrático Trabalhista (PDT) como uma alternativa ao PMDB, que se tornou uma importante força de oposição ao governo, o PFL a antiga Frente Liberal, hoje DEMOCRATAS, sempre apoiou os governos desde Sarney, passando por Collor aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, E o Partido dos Trabalhadores (PT).

Partidos Políticos em Roraima

“A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente a vontade dos chefes políticos. Salvo as organizações de esquerda que contam nas suas hostes com um pequeno número de adeptos” (SANTOS, 1998, p. 12). Com essa definição de Santos acerca da atuação dos partidos políticos do Estado de Roraima nos convida a uma reflexão sobre o papel das forças políticas através dos partidos, que nesse contexto serve para atender as aspirações dessas ao poder político institucional.

Já na época da criação do Território, com os governadores indicados, as forças políticas locais utilizam-se da organização partidária para combater os forasteiros, como ocorrera no caso da formação da Frente Única composta pelos partidos PTB, PSD e a UDN, que tinha como objetivo derrubar o deputado Félix Valois e eleger um de seus representantes para deputado federal. Já na década de 1980, mais precisamente no ano de 1985 a disputa política no Território Federal de Roraima estava acirrada entre dois partidos o PMDB e o PFL, que curiosamente se aliam formando a chamada “Aliança Democrática”, lançando para candidato a prefeito e vice respectivamente, Silvio Leite (PMDB) e Roberio Araújo (PFL). Na outra ponta estava o PTB, liderado pelo ex-governador o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e o PDT, liderado pelo também ex-governador Hélio da Costa Campos.

Essa aliança entre o PFL e PMDB, foi importante para que esses dois partidos obtivessem ganhos eleitorais, assim como a indicação depois de um longo tempo de um representante local para governador do Território (Getúlio Cruz), a vitória de

Silvio Leite e Roberio Araújo para prefeito de Boa Vista. A “Aliança Democrática” elegeu sete prefeitos dos oito municípios do Território, foram eles²⁷:

#Boa Vista, Silvio Leite.

#Caracarái, Sebastião Portela.

#Mucajaí, Roldão Almeida.

#São Luis do Anauá, Gentil Gomes.

#Normandia, Sebastião de Oliveira Costa.

#Alto Alegre, Fernando Alves Nicaço.

#Bonfim, Vicente Josemar Saraiva.

A “Aliança Democrática” resistiu até julho de 1986, quando foi rompida por divergências políticas, como podemos observar na manchete de um jornal local, “Desfeita a Aliança Democrática no Território”, “O governo agora é só do PFL”²⁸.

Na prática o governador Getúlio Cruz (PFL), decide substituir assessores do PMDB, por membros do PFL. Começa uma disputa entre o prefeito e o vice, que trocam acusações publica. O acirramento desta disputa se dá quando o prefeito Silvio Leite fecha as portas da prefeitura para que o vice Robério Araújo não assuma o cargo na sua ausência. A briga entre os dois só encerra com a morte do prefeito em outubro de 1987²⁹.

Nesse período surgem novos partidos que vão acomodando as diversas lideranças políticas, em maio são formados os quadros de dois partidos o Partido Liberal (PL), que tem a frente Vera Regina e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderado por Carlos Libório. No ano de 1986 ocorreu a eleição para a escolha dos quatro deputados federais, de um lado o PTB de Ottomar Pinto, que elegera dois nomes, o seu próprio e o de sua esposa Marluce Pinto. No outro lado a coligação “Frente Social Liberal” composta pelos partidos (PFL, PDT, PSB, PL e PDS), que elegeu os outros dois nomes: Mozarildo Cavalcanti (PFL) e Chagas Duarte (PFL). Nesse contexto podemos perceber como se configura o poder político local, neste momento e durante muito tempo, nas mãos de dois principais grupos políticos que se alternam em diferentes situações. E esse poder personificado em torno dos nomes de Ottomar e Jucá.

27 ALIANCA DEMOCRÁTICA, vence em sete. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

28 ALIANCA DEMOCRÁTICA, resistiu até julho. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de julho 1986.

29 PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de novembro de 1986.

Grupos Intermediários:

Acreditamos ser importante ressaltar neste espaço sobre os diversos grupos ou forças políticas intermediárias que se colocam frente ao desafio de romper com esse modelo de sociedade, onde prevalece a prática política clientelística. E junto a ela vícios como o nepotismo, o assistencialismo num verdadeiro “pão e circo”³⁰ que afronta o bom senso e o respeito pela dignidade humana.

Cabe aqui abordar alguns aspectos importantes dos grupos, ou forças políticas que começaram a surgir pela necessidade de organização dos trabalhadores objetivando a luta por direitos sociais e políticos dentro de uma conjuntura extremamente desfavorável, onde a grande maioria da população dos centros urbanos são funcionários públicos, já que esse setor atualmente se apresenta a como a atividade econômica, com maior índice de participação no PIB do Estado, sendo que as outras atividades como: indústria, comércio, agropecuária e construção civil, têm resultados pífios ou quase nenhum. Como podemos observar na tabela abaixo.

TABELA 7 - Participação das Principais Atividades Econômicas no PIB de Roraima

Evolução	1994	2002	2003	2004
Comércio	19,40%	10,00%	9,70%	9,30%
Construção Civil	11,50%	6%	5,90%	6,00%
Agropecuária	17,50%	4%	3,40%	3,80%
Adm. Pública	21,40%	56,10%	56,20%	58,20%

Fonte: SEPLAN/DEPLAE

Vejam os quadro abaixo que mostra a evolução da população desde a década de 1950, e a inversão população urbano-rural.

TABELA 8 - População de Roraima 1950/2000

ANO	TOTAL	URBANO	RURAL	% URBANO	% RURAL
Anos 50	18. 116	5. 132	12. 984	28, 33	71, 67
Anos 60	28. 304	12. 148	16. 156	42, 92	57, 08
Anos 70	40. 885	17. 481	232. 404	42, 76	57, 24

30 Termo cunhado durante a idade antiga no Império Romano, onde o povo recebia pão nos eventos de massa do Coliseu Romano.

Anos 80	79.159	48.734	30.425	61,56	38,44
Anos de 1991	217.583	140.818	76.765	64,72	35,28
Ano de 1996	247.131	187.294	59.837	75,79	24,21
Ano 2000	324.397	247.016	77.381	76,15	23,85
2004	381.896	Estimativa			

Fonte: IBGE/RR/2000

Os números mostram que o processo clientelístico funciona como um círculo vicioso, se alimentando da situação de miséria de grande parte da população que em um fenômeno de migração interna, ou seja, rural/urbano contribuem na formação das massas que compõem as periferias da capital. Essa situação corrobora para o continuísmo de seus ganhos políticos. Pensar a história política do atual estado de Roraima passa, portanto, pela compreensão dessas forças, ou grupos políticos apresentados aqui após esse breve ensaio. Observamos a força dos grupos políticos que oram se revezam no poder a partir da prática clientelista que a máquina estatal os oferece.

Mas acreditamos que essa conjuntura se torna propícia a formação de grupos opostos, com objetivo de fomentar novas organizações, outros discursos capazes de sensibilizar parte da população para uma reação. Neste sentido, além dos partidos tradicionais de “esquerda”, PC do B, PT, PSTU, PCO e mais recentemente o PSOL, que de forma ainda tímida se apresentam como alternativas de mudança à conjuntura local, sem muito êxito do ponto de vista de ganhos de cargos eletivos, seja para o poder legislativo, sejam para cargos executivos, temos o Partido dos Trabalhadores (PT), Entretanto é importante ratificar o que já havíamos relatado anteriormente, destes, o Partido dos Trabalhadores (PT) na atual conjuntura não mais se encaixa no mesmo patamar de seus pares. Já que desde o ano de 2003 o Partido dos Trabalhadores garantiu o mais alto cargo político do país, a presidência da república. Portanto ele se apresenta como situação, e essa nova posição na esfera federal possibilitou mudanças na sua estrutura regional, com novos filiados que já detinham cargos eletivos.³¹

Dentro dessa conjuntura temos também os sindicatos que nasceram para garantir os direitos das diferentes categorias de classe. Um dos primeiros sindicatos fundado em Roraima foi o SEEB³²,

o Sindicato dos Bancários de Roraima foi fundado no dia 26 de agosto de 1986, quando deixou de ser Associação dos Bancários, tornando-se sindicato. A associação foi criada

31 Entrevista com Titonho Bezerra, um dos fundadores do PT em 1985 atualmente vice-presidente do diretório Regional, em 21 de julho de 2008.

32 Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário.

no em 1985, por bancários e bancárias que se organizaram em busca de uma entidade combativa e representativa. Atualmente o sindicato representa a categoria profissional, abrangendo os (as) empregados (as) dos bancos comerciais, investimentos, fomento, desenvolvimento, múltiplos, caixa econômica, cooperativas de crédito, cadernetas de poupança, financeiras, casas de câmbio, estabelecimentos de crédito e órgão afins, perfazendo um total de 300 bancários (as) na capital Boa Vista e nos municípios de Mucajaí, Caracarái, Rorainópolis, São João da Baliza e Pacaraima.³³

Na mesma década com a constituição de 1988³⁴ que possibilitou a formação dos sindicatos do funcionalismo público, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER), fundado em 12 de novembro de 1988, esse sindicato protagonizou um grande embate durante a gestão do então governador Neudo Campos na década de 1990, quando promoveu uma grande paralisação dos trabalhadores em educação³⁵. A esse fato nos relata Santos,

Os sindicatos, a maioria ocupando prédios públicos doados pelo governo, não possuem uma presença relevante na sociedade, desenvolvem suas atividades sem reconhecimento da maioria da classe trabalhadora e são privados da capacidade de exercer alguma influência sobre os rumos da política do estado. Os que conseguem eventual destaque são: o Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima, SINTER, que em 1995 deflagrou uma greve paralisando as escolas públicas por 45 dias. (SANTOS, 1998, p. 16)

Dessa participação sindical, e o fortalecimento dos sindicatos, surgiu a Pró-Cut em 1994 desencadeando no primeiro Congresso da Central Única dos Trabalhadores, em sete de agosto de 1999, que deliberou pela criação da CUT/RR³⁶. No meio Rural tivemos a fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima FETAG/RR, fundada em 02 de setembro de 2000³⁷, e é formada por 12 sindicatos rurais. No ano de 2003, da junção dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e dos trabalhadores urbanos nasceu em 2003 o movimento “Nós Existimos”, com o objetivo de colocar em pauta discussão que são comuns aos três segmentos³⁸. Essa iniciativa se apresenta como uma alternativa de enfrentamento a situação analisada, com possibilidades de rupturas ao modelo de clientela que fomenta a ação das forças políticas

33 Histórico do SEEB. Disponível em < <http://www.bancariosrr.org.br>>. Acesso em 14 de Agosto de 2008.

34 Artigo 8º, Incisos, I a VIII.

35 Entrevista com Ornildo Roberto, atual presidente do SINTER.

36 Entrevista com Lúcia Glória, presidente da entidade no período (2004-06) e Rosa Maria Barbosa, atual presidente.

37 Entrevista com Luís Carlos Gomes de Lima, atual Presidente.

38 Histórico da ONG. Disponível em < <http://www.nosexistimos.org.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

Considerações Finais

O que fica após essa pesquisa são ainda algumas inquietações acerca do que tínhamos proposto a trazer para apreciação daqueles que se comprometerem ler, pois as possibilidades de interpretações a partir da sistematização da pesquisa realizada se apresentam em diversos focos, e isso nos instiga a uma ampliação da mesma em um trabalho mais completo em um espaço maior de tempo e com critérios melhor definidos.

Destarte a leitura das fontes que nos foram disponibilizadas, através de uma investigação priorizando o que nos possibilitaria maior compreensão de como se deu ao longo do período proposto nessa pesquisa (1985-1998), acerca dos grupos políticos que ora se revezam nas esferas de poder do Estado. E a partir da fala de alguns dos entrevistados e a leitura dos documentos que nos serviram como fontes podemos concluir que, a luta desses grupos políticos ou grupos de pressão que aqui se instalaram, de forma bipolarizada entre aqueles que vieram para governar o ex-território desde a sua criação em 1943, e os grupos locais se deram de forma muito clara pelo poder político que lhes provia o governo do ex-território e do atual Estado. Portanto trata-se de grupos antagônicos, mas que em determinado período se aliaram objetivando o poder político.

Neste contexto percebemos que a grande disputa dos grupos políticos se acirra em torno de conceber o governo do Estado, ou seja, ter sob seu comando a máquina estatal, pois é ela que lhes possibilitam uma maior intervenção na política e na economia do Estado, possibilita status, poder e prestígio. Não existindo uma distância entre quem está com a máquina governamental e quem vai obter as benesses econômicas, claramente serão aqueles que fazem parte do mesmo grupo político de quem está com a máquina nas mãos. Na maioria dos casos os próprios representantes da Assembléia Legislativa são os donos de empreiteiras que “estranhamente” ganham as licitações para operar obras do Estado. Reforçamos essa afirmação com Rémond que aborda, “nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno o Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo de organização política; é também o principal objeto das competições”. (RÉMOND, 2003, P. 20)

Portanto é neste espaço que se dão as políticas de interesses, e no Estado de Roraima, observamos que a sua formação obedece ao interesse de uma elite política e econômica e a priori na sua formação não se permite que ocorra uma dialética. Já que as relações são assimétricas, unilateral de submissão de uma grande maioria a um

pequeno grupo de representantes da elite. Essa concentração de poder nas mãos de uma minoria só é possível dentro de uma organização onde prevalece a prática do clientelismo. Em Roraima, as ações mostram de forma muito clara que é essa lógica a grande responsável pela manutenção do poder político dessas elites.

Convém ressaltar que uma ruptura com esse modelo clientelista que opera institucionalmente ou não, em formato de rede no Estado de Roraima, só ocorrerá no momento em que o mesmo se desenvolver econômica, política e culturalmente, e isso deverá acontecer com uma maior intervenção de novos grupos. Enquanto permanecer como carro chefe das políticas governamentais os meros programas assistencialistas que escraviza a população, tornando-a dependente do “vale alimentação” e outros mecanismos indignos, as pessoas corroborando com a manutenção da clientela, não podemos vislumbrar mudanças significativas na conjuntura política local.

Referências Bibliográficas

- ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. *Jornal O Roraima*, 20 de novembro de 1985.
- ALIANCA DEMOCRÁTICA, resistiu até julho. *Jornal Folha de Boa Vista*, 30 de julho 1986.
- BECKER, Bertha K. *Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo*/Bertha K. Becker, Cláudio A. G. Egler. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Editora. Ática, 1998.
- BERSTEIN, Serge. OS PARTIDOS, in RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003.
- BORGES, Nilson. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. *O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.
- CARVALHO, José Murilo de. FUNDAMENTOS DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE BRASILEIRA. In: AVELAR, LÚCIA et al (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação KONRAD – Adenaver-Stiftung, São Paulo: Fundação UNESP, 2004
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo ed. UNESP, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Ed. Record, 2003
- DECRETO 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro (p.632)
- FLEISCHER, David. OS PARTIDOS POLÍTICOS, in AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antonio Octávio. *Sis-*

tema Político Brasileiro: Uma Introdução São Paulo, ed. UNESP, 2004.

FREITAS, Aimerê. *História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985*. São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

HISTÓRICO da ONG. Disponível em < <http://www.nosexistimos.org.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

HISTÓRICO do SEEB. Disponível em < <http://www.bancariosrr.org.br>>. Acesso em 14 de Agosto de 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro. ed. Nova Fronteira 4ª edição, 1997

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*, Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. *Jornal Folha de Boa Vista*, 30 de novembro de 1986.

RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra*. Boa Vista, ed. UFRR: 2007